

 GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ Secretaria da Saúde		DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - MUNICÍPIOS OBRAS									
CONVENIENTE:								LEGENDA			
OBJETO:								E	ENTREGUE		
MAPP's								I	INCOMPLETO		
Nº DE ANÁLISE:								N/E	NÃO ENTREGUE		
DATA:								N/A	NÃO SE APLICA		
DOCUMENTOS				FUNDAMENTAÇÃO LEGAL				E	I	N/E	N/A
1.DOCUMENTAÇÃO BÁSICA	1.1	Ofício de solicitação de formalização de Convênio ou Instrumentos Congêneres; ANEXO I		Requisito técnico do Concedente							
	1.2	Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;		Requisito técnico do Concedente							
	1.3	Cópia do Diploma da Justiça Eleitoral;		Requisito técnico do Concedente							
	1.4	Cópia do Termo de Posse do Prefeito;		Requisito técnico do Concedente							
	1.5	Cópias dos Documentos do Prefeito;		Requisito técnico do Concedente							
	1.5.1	Cópia do RG;		Requisito técnico do Concedente							
	1.5.2	Cópia do CPF;		Requisito técnico do Concedente							
	1.5.3	Comprovante de Residência atualizado;		Requisito técnico do Concedente							
	1.6	Cópia da Certidão de Regularidade e Adimplência;		Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 29,"I"							
	1.7	Informação dos Dados da Conta Bancária (Caixa Econômica Federal); ANEXO II		Portaria CGE nº 130/2015 – Art. 5º							
	1.8	Declaração da Contrapartida com informação do percentual de arrecadação própria (com base no ano de 2018), referente aos valores informados no plano de trabalho; ANEXO III		Lei 13.613/2018 (LDO 2019) - Art. 62, "I a IV". Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38,§ 1º,"I"							
	1.9	Declaração do Representante Legal do Parcerio com a informação que não incorre em em quaisquer das situações previstas nos incisos VI a X do artº 9 do decreto; ANEXO IV		Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 34,"II"							
	1.10	Cópia da Lei Municipal que institui o Piso Nacional dos agentes de saúde;		Lei 13.613/2018 (LDO 2019) - Art. 55, "I"," b".							
1.11	Cópia da Declaração de adesão ao Plano Estadual de Contingência das Arboviroses, emitida pelo COVIG-SESA		Lei 13.613/2018 (LDO 2019) - Art. 55, "I","c".								
1.12	Plano de Trabalho- ANEXO VII		Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38								
OBRAS (03 vias meio físico e 01 via meio digital em CD)											
	2.1	Planta de localização da obra com as respectivas coordenadas geográficas		Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38,§2º,"III"							
	2.2	PROJETOS BÁSICOS		Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38,§2º,"I" Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia (CGE/SEINFRA, 2016)							
	2.2.1	PBA – PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA • Representação Gráfica: Planta de situação e locação, Planta baixa de arquitetura, Planta de lay-out de mobiliário e equipamentos, Planta de cortes longitudinais e transversais, Planta de fachada e Planta de cobertura conforme descritos no Roteiro de celebração de Convênios e Congêneres da SESA. • Relatório Técnico: Memorial Descritivo de Arquitetura; Considerações sobre o tipo de Estabelecimento e viabilidade da intervenção proposta; Resumo da Proposta Assistencial com descrição das atividades a serem desenvolvidas no Estabelecimento; Especificações Técnicas: Descreve de forma precisa e completa, todos os materiais, equipamentos e os procedimentos de execução a serem adotados na construção; Descrição das Unidades projetadas e seu inter-relacionamento com os diversos setores do Estabelecimento considerando o fluxo e funcionalidade dos ambientes; e demais informações descritas no Roteiro de celebração de Convênios e Congêneres da SESA.		ANVISA RDC Nº 50/2002 ANVISA RDC Nº 51/2010 Art. 11 NBR-9050:2015 Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38,§2º,"I" Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia (CGE/SEINFRA, 2016)							

2. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

2.2.2	Projetos Básicos Complementares de Engenharia	Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38,§2º,"I" Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia (CGE/SEINFRA, 2016)				
2.3	Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT/CAU), referente aos Projetos Básicos (Arquitetura e Complementares de Engenharia), assinadas pelo profissional e contratante.	Lei Federal nº 6.496/77 Res. CONFEA 1025/09 Lei Federal nº 12.378/10 ANVISA RDC Nº 51/2010 Art. 14				
2.4	Especificações Técnicas de Obra.	Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38,§8º Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia (CGE/SEINFRA, 2016)				
2.5	Orçamento detalhado (valores arredondados para duas casas decimais).					
2.6	Memória de Cálculo					
2.7	Cronograma de execução físico-financeiro da obra.					
2.8	Composição do percentual das taxas de Encargos Sociais.					
2.9	Composição do BDI, com demonstrativo das variáveis de cálculo utilizadas.					
2.10	Composição dos custos com administração da obra.					
2.11	Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT/CAU), ao orçamento.	Lei Federal nº 6.496/77 Res. CONFEA 1025/09 Lei Federal nº 12.378/10				
2.12	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação do PBA na vigilância sanitária estadual: O documento será emitido pela VISA mediante análise do Projeto Básico de Arquitetura (PBA), Relatório Técnico e ART ou RRT de projeto. A aprovação da VISA é condicionante para aprovação do Plano de Trabalho. Requerimento de análise de projeto arquitetônico: O interessado deverá fazer um requerimento solicitando análise e aprovação do projeto arquitetônico, endereçado para a supervisão do Núcleo de Vigilância Sanitária. Comprovante de pagamento da taxa estadual: Guia do DAE autenticada com o valor correspondente a taxa de análise de projeto arquitetônico, de acordo com a Lei Nº 15.838 de 27/07/2015 que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público (Anexo II), emitida pelo site da SEFAZ (www.sefaz.ce.gov.br). 	ANVISA RDC Nº 50/2002 ANVISA RDC Nº 51/2010 Art. 5				
2.13	Aprovação da Prefeitura Municipal de conformidade dos Projetos Básicos ao Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo ou declaração à inaplicabilidade da exigência por motivo de inexistência de Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo vigente no município.	Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38,§2º,"I" Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38,§8º				
2.14	Licença Ambiental emitida pelo órgão licenciador ambiental competente, conforme tipo de obra.	Resolução COEMA nº 10/15 Resolução COEMA nº 01/16 Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38,§2º,"VI"				
2.15	Comprovação de titularidade da área da obra ou documento que demonstre a viabilidade de aplicação de recurso público na área de intervenção, tais como: registro de imóvel, declaração, certificado de posse, dentre outros.	Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38,§2º,"IV"				
2.16	Relatório fotográfico do local onde será executada a obra.	Decreto Estadual nº 32.811/18 - Art. 38,§2º,"V"				